

ESPORTE E LAZER

O nosso programa parte da compreensão expressa na Constituição Federal em que o esporte é definido como direito do sujeito e, na sua dimensão de lazer, é assegurado enquanto um **direito social**. É, portanto, compreendendo o esporte e o lazer como direitos, como importantes dimensões da vida, que defendemos o seu amplo acesso à população de Juiz de Fora/MG como dever do poder público. Contudo, levamos em conta que essa é uma pauta que não se dissocia da totalidade do programa pela luta por condições de trabalho que rompam com o modo de produção capitalista, uma vez que é impossível dissociar o conteúdo do que as pessoas fazem no seu tempo de não-trabalho do conteúdo do seu tempo de trabalho.

É importante destacarmos, a princípio, a ampliação semântica do termo “esporte” que tomaremos em nosso programa, ampliando a sua compreensão também para outras manifestações não subsumidas aos códigos normativos esportivos. Desse modo, abarcaremos o conjunto do patrimônio cultural historicamente produzido pela humanidade traduzido na diversidade das práticas corporais, portanto, enquanto a totalidade dos elementos da **cultura corporal**, tais como os próprios esportes, mas também as danças, as ginásticas, as lutas, os jogos e brincadeiras, atividades físicas e exercícios físicos, dentre outros.

Dessa maneira, a defesa do nosso programa vai em direção à socialização ampla e irrestrita desse patrimônio cultural construído acerca das práticas corporais e na contramão do inventário neoliberal posto pela hegemonia dominante, em que tais elementos são tidos como bens privados e de responsabilização individual, transformados, por consequência, tão somente em mercadorias a serem compradas.

Nosso programa defende que é dever do aparelho político do Estado garantir a socialização desse acervo cultural socialmente construído e amplamente negado à classe trabalhadora com vistas a atender às mais variadas necessidades e motivações humanas dentre as quais destacamos aquelas de conteúdo lúdico, estético, ético, performativo, artístico, competitivo, educativo e de saúde. Após uma profunda avaliação dos programas, projetos e eventos realizados pela secretaria em questão, avaliaremos o que pode ser ampliado, ressignificado ou criado dentro das diretrizes do nosso plano de governo.

No plano federal, vimos como nas duas últimas décadas a priorização do esporte rendimento/espetáculo – com seu ápice nos megaeventos esportivos nacionais/internacionais realizados no país –, permitiu por um lado o incremento dos lucros do grande empresariado relacionado sobretudo à mídia, às empreiteiras, ao setor financeiro, aos grandes consórcios esportivos, além de propinas para parlamentares e representantes de todos os níveis da administração pública. Do outro lado desse processo vimos a criação de uma massa de consumidores/espectadores em detrimento do real acesso, vivência e fruição das práticas corporais. Dessa forma, vimos como historicamente as diversas políticas públicas de esporte e lazer no Brasil estiveram hegemonicamente voltadas para os interesses das classes dominantes e, em nosso município, em que pese as singularidades, a reverberação desse conteúdo de políticas não se faz diferente.

Nesse sentido, compreendendo que estabelecer políticas públicas significa eleger prioridades, defendemos que um programa democrático deve ultrapassar o modelo esportivo calcado no esporte de alto rendimento/espetáculo, articulando as políticas de esporte e lazer como direitos sociais. Para tanto, é fundamental a articulação do nosso mandato com espaços amplos de debate com as comunidades e a participação popular, com vistas a dar transparência no gerenciamento dos recursos e democratizar o acesso às práticas corporais. A defesa dessa forma de condução contribui, também, na ruptura com modelos assistencialistas de esporte impostos historicamente como forma de contenção das tensões sociais e disciplinamento dos corpos.

Priorizar os esportes de alto rendimento, sobretudo as competições da forma que são gestadas historicamente pelas classes dominantes, naturaliza e faz reforçar as relações de dominação social. Não negligenciamos as demandas legítimas dos grandes atletas, contudo ressaltamos que políticas públicas que se pretendem democráticas devem se destinar à grande maioria da classe trabalhadora e romper com a cultura restrita de poucas manifestações, em especial o futebol. Reconhecemos a importância cultural dessa prática esportiva no país, mas entendemos ser necessário fomentar e valorizar também outras práticas corporais, reconhecendo, inclusive, a oportunidade de reverter a razão normativa que estabelece a inferiorização dos corpos das mulheres, que inibe a livre expressão da diversidade sexual, que reprime violentamente a presença

de pessoas transgêneras e intersexuais e que reforça estigmas racistas presentes na dimensão do esporte espetáculo.

Portanto, a discussão da forma e do conteúdo do esporte e lazer que buscamos aponta em outra direção. Aponta no sentido de que os próprios trabalhadores construam o seu esporte e formas autônomas de fruição do seu lazer, em ruptura com o consumo passivo dos produtos e subprodutos da indústria esportiva e do lazer. É, portanto, um convite ao envolvimento coletivo no processo, com vistas à definição coletiva do conteúdo e da forma das práticas corporais na cidade.

Para democratizar o acesso ao esporte e à diversidade das práticas corporais devemos, portanto, considerar a necessidade de ocuparmos os espaços públicos, campos, ginásios e quadras como lugares para todos e todas se apropriarem. Devemos lutar para que haja equipamentos e materiais disponíveis à população. Devemos reposicionar as políticas públicas para a inclusão de setores populares preteridos, principalmente da periferia, tanto socialmente quanto pela hegemonia sexista dos corpos atléticos e pelos esportes de alto rendimento, altamente lucrativos para a iniciativa privada.

PROPOSTAS E COMPROMISSOS

Nosso programa de esporte e lazer, propõe enquanto principais eixos:

- Garantir uma destinação orçamentária para o esporte e lazer condizente com as necessidades expostas pelo programa, sobretudo para o acesso à vivência dos elementos da cultura corporal e aos espaços de lazer à classe trabalhadora através da ampliação e criação de novos projetos e programas;
- Revitalização, ampliação, criação e manutenção de praças, parques, pistas, ginásios, quadras, piscina pública, campos públicos e demais espaços e equipamentos para a vivência dos variados elementos da cultura corporal e do lazer na cidade, promovendo a ocupação pulsante do espaço público;
- Lutar pela contratação de professores e trabalhadores da cultura corporal, com vistas à oferta de oficinas de práticas corporais e realização de eventos esportivos nos espaços públicos da cidade, sobretudo nas quadras poliesportivas, em especial na periferia;

- Aproximação com clubes sociais de bairro da cidade e associações comunitárias, com vistas à construção de políticas públicas que favoreçam a utilização pelo conjunto da população;
- Buscar recursos concorrendo aos editais estaduais e federais para áreas de esporte, cultura e lazer, estabelecendo relações republicanas com parlamentares, sem rebaixamento do nosso programa, como forma de viabilizar emendas parlamentares para obras estruturais;
- Construir, de forma democrática e participativa, o calendário dos eventos esportivos do município e da organização e participação em eventos estaduais, regionais e nacionais, articulando e integrando práticas corporais e esportivas nos âmbitos municipais, estaduais e nacional de maneira a apoiar e fomentar projetos e programas de práticas corporais e de lazer que não se restrinjam ao esporte de alto rendimento;
- Estimular e garantir apoio institucional e incentivo financeiro à participação democrática feminina e LGBTQI+ de todas as práticas corporais de modo igualitário, bem como garantir a participação dos movimentos na formulação de programas e projetos de esporte, lazer e demais práticas corporais, além de desenvolver programas e projetos para o combate a manifestações de preconceito de gênero, sexual, racial e demais opressões;
- Estabelecer programas de vivência e formação paralímpica e de demais manifestações da cultura corporal para pessoas com deficiência;
- Promover jogos, eventos, torneios e lazer para a Terceira Idade, estimulando a organização e o reconhecimento de núcleos comunitários e seus atores locais;
- Realizar permanentemente um “diagnóstico municipal de esporte e lazer”, com vistas a termos um panorama mais fidedigno do tema na cidade e poder instrumentalizar a nossa atuação de modo mais eficaz;
- Fomentar parcerias com a Universidade Federal de Juiz de Fora e o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas, no intuito de realizar ações de formação, realização de eventos de esporte e demais ações que fomentem a temática;
- Democratizar e fortalecer instâncias de representatividade da sociedade civil com cunho consultivo e deliberativo, e sobretudo, como preservação da memória;

- Estabelecer mecanismos de monitoramento e avaliação das políticas de esporte e lazer, garantindo transparência e controle social;
- Fomentar a constituição de Conselhos Comunitários para gestão dos equipamentos públicos de esporte e lazer construídos, revitalizados e qualificados nas cidades, incluindo programação com oficinas e práticas espontâneas de esporte e lazer gratuitas para a comunidade;